



*Jornal do*

# FEDERAL

Conselho Federal de Psicologia - Ano XXIII Nº 103 - Dez 2011/Jan 2012



## E mais:

- Seminário de Direitos Humanos discute drogas e laço social – p. 4
- Mulheres escalpeladas: Psicologia atua para prevenir e cuidar – p. 10 e 11

# Início de conversa

# EDITORIAL

**E**ste último jornal de 2011, escrito já no início de 2012, traz na capa uma coletânea de cartazes e publicações do CFP ao longo do ano que passou. Ela nos recorda os temas nos quais nos envolvemos ao longo do ano. Em muitos deles, conseguimos nos posicionar em debates públicos de relevância nacional, colocando a profissão como ator que pode contribuir com a construção de um país mais igualitário e justo.

No entanto, três dias depois, o governo Federal lançou um plano de combate ao *crack* contrariando as indicações da Conferência para a política pública. Para nós, dois casos foram emblemáticos. O primeiro é o das políticas sobre drogas. A Conferência Nacional de Saúde terminou em um domingo, dia 4 de dezembro. Órgão máximo de orientação da política pública de saúde, ela rejeitou a internação compulsória de usuários de álcool e de outras drogas bem como o financiamento via SUS de comunidades terapêuticas. No entanto, três dias depois, o governo Federal lançou um plano de combate ao *crack* contrariando as indicações da Conferência para a política pública.

O segundo caso é o das políticas para situações de emergências e desastres. Ano após ano, as tragédias se repetem, sem que haja ações concretas de prevenção, de diminuição de riscos e de participação dos afetados na construção de estratégias seguras de sobrevivência. Essa política ainda persiste sem nenhum dispositivo de controle social, o que gera forte prejuízo para a democracia.

O CFP não tem dúvidas de que políticas acertadas existem em todas as esferas de governo. A pobreza vem diminuindo no País, por exemplo. No entanto, a autarquia entende que tem um papel a cumprir quando as políticas relacionadas à

profissão estão visivelmente em desacordo com as normas e as leis sobre os temas em pauta. O CFP sente-se também impelido a agir quando as políticas contrariam diretrizes de conferências nacionais ou estão a serviço de interesses que não sejam a qualidade de vida da sociedade brasileira.

Observamos que diversas políticas públicas que garantem direitos sociais têm, aos poucos, retrocedido. Privatização da saúde, programa energético equivocado, ameaças às terras indígenas e às formas de vida de povos inteiros, desastres que não são naturais, mas geram enriquecimento de poucos, desmonte da reforma psiquiátrica por meio das políticas sobre drogas, desrespeito à população LGBT, retrocesso na legislação ambiental são alguns dos muitos exemplos desse processo.

A construção de direitos sociais e políticos no Brasil é um trabalho diário. Milhares de movimentos sociais atuam para garanti-los nos bairros, nas comunidades, nas capitais dos Estados, nos pequenos Municípios, nos quilombos, nas terras indígenas, nos terreiros, em cada canto deste país. Desde a redemocratização do Brasil, na década de 80, fomos construindo e conquistando a efetivação de direitos à saúde, à educação, à diversidade, ao ambiente saudável, à alimentação adequada, à terra.

Seguimos disputando, construindo, apostando em espaços de diálogo com os governos para a construção de políticas públicas que efetivem direitos sociais e políticos que garantam a cidadania no Brasil.

Participando do Fórum Social Mundial deste ano, em Porto Alegre, RS, conclamamos todas as mulheres e homens participantes à crítica, à denúncia desses retrocessos em suas atividades diárias. Que levemos tais ideias para as nossas atividades em 2012.

## EXPEDIENTE

### XV PLENÁRIO

#### DIRETORIA

Humberto Cota Verona  
Presidente

Clara Goldman Ribemboim  
Vice-presidente

Deise Maria do Nascimento  
Secretária

Monalisa Nascimento dos Santos Barros  
Tesoureira

### CONSELHEIROS EFETIVOS

Aluizio Lopes de Brito  
Ana Luiza de Souza Castro  
Flávia Cristina Silveira Lemos  
Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro  
Marilene Proença Rebello de Souza

### CONSELHEIROS SUPLENTEs

Adriana Eiko Matsumoto  
Celso Francisco Tondin  
Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo  
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues  
Márcia Mansur Saadallah  
Maria Ermínia Ciliberti

Mariana Cunha Mendes Torres  
Marilda Castelar  
Roseli Goffman  
Sandra Maria Francisco de Amorim  
Tânia Suely Azevedo Brasileiro

### PSICÓLOGAS CONVIDADAS

Angela Maria Pires Caniato  
Ana Paula Porto Noronha

### EDIÇÃO

Ana Luiza de Souza Castro

### COORDENADORA-GERAL

Yvone Magalhães Duarte

### JORNALISTA RESPONSÁVEL

Priscila D. Carvalho

### REPORTAGEM

Alessandro Aparecido  
Arthur Gouveia  
Carolina Menkes  
Priscila D. Carvalho  
Livia Domeneghetti Davanzo

### PROJETO GRÁFICO

Liberdade de Expressão

### DIAGRAMAÇÃO

Alex Amorim

## Drogas e cidadania



# Em 2011, o CFP participou ativamente da discussão das políticas sobre drogas no Brasil

O relatório entregue à presidenta Dilma Rousseff traz o resultado de vistorias em 68 instituições de internação para usuários de drogas em 24 estados brasileiros e no Distrito Federal, realizadas em 28 e 29 de setembro de 2011.

Com 200 páginas, 68 instituições de internação para usuários de drogas visitadas e 20 recomendações para os governos Federal, estaduais, municipais, ao Ministério Público e a conselhos de direitos, o CFP publicou em dezembro de 2011 o Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas. Paralelamente, o Conselho articulou com a categoria, com a sociedade civil e com parlamentares discussões sobre os caminhos das políticas sobre drogas no país: participou de conferências, de manifestações como a Primavera da Saúde e de inúmeras reuniões.

O resultado da inspeção teve ampla repercussão na imprensa nacional dias antes de o governo Federal lançar o plano “Brasil Contra o Crack – Brasil Contra as Drogas”, que pretende investir R\$ 4 bilhões de reais em tratamento de usuários de drogas e em ações de prevenção, autoridade e cuidado.

O Plano foi imediatamente criticado pelo CFP por introduzir o financiamento de comunidades terapêuticas no SUS e apoiar a internação compulsória de usuários de drogas (veja

matéria nas próximas páginas). Os dispositivos contrariam também decisões da 14ª Conferência Nacional de Saúde, recém terminada quando o Plano foi lançado.

“É como se a inclusão de uma lógica antagônica à lógica do SUS produzisse uma ferida que pode prejudicar todo o sistema”, comparou o presidente do CFP, Humberto Verona.

Para o CFP, a internação em comunidades terapêuticas (CTs) retoma a lógica dos manicômios no Brasil, baseada na discussão medicamentosa e de contenção, a qual reduz o usuário a uma única característica da vida. “As CTs olham o sujeito como um drogado e nada mais. Esse olhar depreciativo para o indivíduo tem como consequência o aprisionamento por entendê-lo como só aquilo”, explica o coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos, Pedro Paulo Bicalho. “Com a ajuda da mídia, o crack foi



associado ao conceito de epidemia e guerra. Em nome do combate à epidemia e à guerra, produz-se uma série de violações. Afinal, a lógica de guerra serve para isso: tratar de exceção”, completa.

### Recomendações

Algumas das recomendações enumeradas no Relatório são que o Ministério Público instaure a abertura de procedimentos administrativos para apuração de denúncias de maus tratos; que o Ministério da

Saúde implante mecanismos de efetivo controle e fiscalização de internações de adolescentes; que o Ministério do Trabalho promova uma ação de fiscalização em unidades de internação, considerando as denúncias de trabalhos forçados; entre outros.

O ouvidor da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SEDH), Domingos Sávio Dresch da Silveira, instaurou procedimento para apuração de violação coletiva de direitos humanos a partir do Relatório da 4ª Inspeção.

## Drogas e cidadania

# Seminário de DH discute Drogas e Laço Social



O evento foi transmitido em tempo real e alcançou 1.200 pontos conectados, levando a temática para diversas partes do Brasil.

**D**rogas: Direitos Humanos e Laço Social foi o tema do *VII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos*, organizado pela Comissão de Direitos Humanos do CFP em novembro de 2011. O consumo de substâncias psicoativas foi colocado em debate, principalmente no que se refere a políticas públicas do Estado para a sociedade. O papel desempenhado por psicólogos e psicólogas ao tratar do tema também esteve em questão.

A convidada Maria Lucia Karan, do *Law Enforcement Against Prohibition* (Leap), lembrou que “as substâncias psicoativas são usadas desde o início da história da humanidade, mas a proibição que tornou ilícitas algumas delas nem sempre existiu”. O Leap advoga pela eliminação da política de proibição e defende uma política alternativa de controle e regulação das drogas, em vez da proibição, que não evita danos ou riscos, na opinião do grupo.

Outro convidado da abertura do seminário, Dartiu Xavier da Silveira, doutor em Psiquiatria e

Psicologia Médica pela Universidade Federal de São Paulo, completa: “a guerra às drogas parte do pressuposto de que é possível ter uma sociedade sem drogas. Isso é orientação política populista”, criticou.

### Laço social e tratamento

O coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP Pedro Paulo Bicalho ressaltou que a constituição do sujeito é o resultado dos seus atravessamentos histórico-sociais. Bicalho acredita que é necessário pensar nos usuários de álcool e outras dro-

gas a partir das relações do mundo que os rodeia. “Discutir drogas é discutir a constituição do sujeito, o modo como ele se relaciona com as drogas”.

Ele defende que a saúde não pode ser reduzida a um único olhar, e que o tratamento ideal deve ser feito de modo inter-setorial. “É necessário pensar uma articulação entre os saberes, como a Arte, a Cultura, a Educação e o Trabalho. A conjugação disso tudo traz um olhar mais interessante sobre o indivíduo”.

As políticas sobre drogas deveriam, portanto, trabalhar pela recomposição do laço social, e não estimular que se esgarcem ainda mais. A subprocura-



**Veja trechos da cobertura usando o microblog Twitter:**

- Lumena Furtado: "Não podemos ter dúvidas sobre quais medidas saem do eixo dos direitos humanos e da liberdade" #SBCSP
- Esther Arantes: "A mídia banaliza o #bullying. Assim, banalizam-se também as ferramentas de combate a essa pratica" #PUCRJ
- Thelma Alves: "quando falamos em usuário de drogas, esquecemos que estamos nos referindo a um ser humano" #SEDH
- Rosemeire Aparecida: "Álcool e tabaco lideram o ranking de consumo por jovens. As drogas lícitas são as mais procuradas!"
- Roberto Tykanori: "O Estado deve abrir diálogo com a sociedade de forma contextualizada, para que ela participe das políticas públicas"
- Pedro Paulo Bicalho: "Com qual concepção de Humano trabalhamos? Por que uns são considerados menos Humanos que outros?" #CFP #CNDH
- Ela Wiecko: "Consumidores não são traficantes. A mídia constrói a ideia de que o usuário não está ao nosso lado" #MPF
- Gilda Carvalho: "A CF prevê a participação popular, vamos levantar essas questões à sociedade!" #PFDC
- Domiciano Siqueira: "Dependência química, se for doença, é uma patologia da liberdade #ABORDA."

dora-geral da República do Ministério Público Federal, Ela Wiecko Volkmer, questionou práticas de tratamento em ambiente fechado: "a prisão, seja ela em cárcere privado ou não, não é a melhor maneira de se enfrentar o problema das drogas".

Ademais, as internações precisam ter anuência dos internados. Para Karan, toda intervenção estatal dirigida à proteção de um direito contra a vontade do indivíduo torna-se inconciliável com a própria ideia de Democracia. "Ao indivíduo há de ser garantida a liberdade de decidir, mesmo se da sua decisão resulte perda ou dano a si mesmo, mesmo se essa perda ou dano seja irreparável ou definitiva. Enquanto não atinge direta e imediatamente o direito alheio, o indivíduo há de ser livre para pensar, dizer e fazer o que bem quiser. Autolesão não afeta o direito de terceiros", completa.

Foi consenso, entre os palestrantes, que, no Brasil, o maior problema dos usuários de drogas - sobretudo do *crack* - está em suas precárias condições de vida, na privação de direitos básicos e na miséria. Para Maria Lucia Karan, "é preciso priorizar a mudança da trágica história brasileira de desigualdade, pobreza e exclusão". O descaso de governantes deixa pessoas sem família, sem escola, sem lazer, perambulando pelas ruas sem destino por falta de quem os trate com respeito e dignidade", completa. "A guerra às drogas agrava o sofrimento dessas pessoas", conclui Karan.

**Em nome da proteção e do cuidado, que formas de sofrimento e exclusão temos produzido?**

A Campanha Nacional de Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia para os próximos anos propõe reflexão sobre a relação que se tem estabelecido entre as práticas ditas de proteção e de cuidado e os movimentos de controle e aprisionamento da vida, tão presentes na contemporaneidade. "A atual campanha objetiva uma reflexão cotidiana e necessária. Muitas vezes, em nome de bem intencionadas práticas de cuidado e proteção, estamos promovendo exclusão e sofrimento, em discordância até com nosso Código de Ética. Precisamos olhar se nossa própria atuação contribui de fato com a promoção da liberdade, com o respeito às dignidades e à igualdade", aponta a conselheira do CFP Ana Luiza Castro.



## Escuta é central no trabalho com crianças e adolescentes

"Crianças e adolescentes têm voz, são seres falantes e não devem ser vistos como sujeitos menores". Essa é a tônica do tratamento defendida pela supervisora da clínica da Rede de Saúde Mental de Belo Horizonte e do Centro de Atenção Psicossocial Infantil (Caps i) e conselheira do CRP-04 Cristiane Barreto, ao falar de crianças e adolescentes que fazem uso abusivo de drogas. "O que deve marcar, no cuidado para estes indivíduos, é a ética", complementa.

O papel de psicólogas e psicólogos, para Barreto, deve ser o de encorajar o indivíduo a se separar

com suas questões e falar sobre elas. É dizer para os jovens que não se acovardem diante de respostas anônimas e do mal-estar. Além disso, um aspecto crucial, segundo a psicanalista, é fazer com que o sujeito possa se deparar com a vida, que o sujeito põe em risco com o uso de drogas, e lidar com isto de um jeito menos letal.

A psicóloga do projeto "Consultório de Rua de Goiânia", Elaine Mesquita, reforça a importância da escuta no processo: "Às vezes ficamos dias e dias escutando a pessoa em tratamento. Eles falam muito, pois não estão acostumados a ser ouvidos". A escuta

traz também outros benefícios, segundo a conselheira do Conselho Federal de Psicologia (CFP), He-loisa Massanaro - "ao escutar, o psicólogo consegue refletir sobre a questão do preconceito e compreender melhor suas dificuldades e as do usuário".

A relação por meio de uma escuta real, isenta de preconceitos e padrões também é defendida por Raquel Barros, psicóloga e fundadora da Associação Lua Nova - organização não governamental voltada para o acolhimento de jovens adolescentes que usam drogas, estão grávidas ou em outras situações de vulnerabilidade - que tem sede em Soro-



## Emergências e Desastres

# Psicologia e a promoção do protagonismo dos afetados



O II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres, em Brasília, reuniu cerca de 300 psicólogas psicólogos em novembro de 2011. Na abertura, profissionais e estudantes fizeram um minuto de silêncio pelos três anos das enchentes no município de Ilhotas, Santa Catarina. Para Tatiana Richart, presidente da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús (Adarb), a vida dos afetados ainda não foi reconstruída.

Enfocando a ação da Psicologia para contribuir com o protagonismo dos afetados, o seminário traçou bases para a elaboração de um conjunto de referências técnicas e profissionais para orientar a atuação de maneira qualificada, já que psicólogas e psicólogos, profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e da Segurança Pública são frequentemente demandados para apoio, assistência, acolhimento e acompanhamento das populações afetadas.

Para a conselheira do CFP, Clara Goldman, a qualidade dos serviços prestados às populações em situação de vulnerabilidade é reflexo do compromisso social da Psicologia com a sociedade brasileira. Ela ressalta ser “necessário identificar, reconhecer e valorizar a participação de outros atores sociais”.

### Pós-desastre

Para o doutor em Psicologia Social, Marcos Ferreira, o interesse da Psicologia no tema con-

**300 participantes presenciais e outros 1200 pontos conectados nos trechos transmitidos via internet.**

siste em evitar a ocorrência de sofrimento. “Mesmo depois de um desastre, as pessoas ainda são submetidas a novas violências que se acumulam em decorrência do modo como são compreendidas, tratadas e encaminhadas”. Para ele, a participação dos cidadãos afetados é indispensável. “Não é possível pensar em Defesa Civil sem a voz dos afetados”, completa.

Segundo Marcos, muito pouco do que as pessoas perdem é recuperado com o apoio do Estado. “O aluguel social com duração de seis meses não é suficiente. É necessário que as políticas públicas deem condições para que essas pessoas recuperem suas vidas”, finaliza.

Três anos após a catástrofe que destruiu lares e famílias em Ilhotas, Santa Catarina, Tatiana Richart questiona a fiscalização do Estado na reconstrução na vida dos sobreviventes. “Em janeiro de 2009, uma comunidade ficou sem pontes de travessia. Foram gastos 750 mil reais para construir duas pontes que caíram com menos de um ano de uso”. A presidente da Adarb contou que quatro meses depois, o Governo de Santa Catarina não tinha sido informado sobre o fato, ressaltando a ausência de fiscalização.

Para ela, o fato acontecido é o evento. A tragédia é o que acontece depois.

**Famílias de atingidos por desastres realizaram ato público em Brasília no dia 24 de novembro de 2011. Foram colocadas cinco mil cruzes no gramado próximo ao Congresso Nacional em protesto lembrando as mortes por desastres no Brasil.**



**Um caminhão segurou placa com o número de afetados em 2010, por estado.**

### Concentração de riquezas

Para o deputado federal Glauber Braga (PSB/RJ), a maioria dos municípios brasileiros não está preparada para uma ocorrência de desastre, e o crescimento demográfico desordenado é fator maximizador. Ele acredita que a distribuição de renda e riqueza pode diminuir riscos de desastres. Os desastres estão diretamente ligados à pobreza, concorda o diplomata do Ministério das Relações Exteriores Milton Rondó. “As pessoas não moram em áreas de risco porque escolhem, mas por condição social”, comenta. Para ele, a natureza não comete desastres. “Não podemos culpar a natureza por algo que provocamos”, explica.

## Atuação profissional

### Psicologia do esporte:

**N**a Psicologia do Esporte, psicólogas e psicólogos podem atuar em diferentes frentes, trabalhando com o esporte para a inclusão social ou na preparação de atletas com alto rendimento, que tenham o esporte como profissão ou estejam se preparando para isso. Em ambos os casos, é preciso superar desafios para que a parceria entre Psicologia e Esporte seja vencedora.

# a bola da

#### Jogada cidadã

Quando o esporte funciona como ferramenta de inclusão social, psicólogas e psicólogos podem integrar equipes em projetos sociais. Rodrigo Scialfa Falcão é psicólogo do esporte e atua em duas frentes, com atletas de alto rendimento e no projeto social do Instituto Rugby para Todos, localizado na comunidade de Paraisópolis no bairro do Morumbi, em São Paulo. “O foco principal do nosso trabalho é utilizar o rugby como ferramenta de inclusão social, complemento da educação, cidadania, lazer e saúde. Para isso, temos que seguir algumas diretrizes e metodologias, uma delas é baseada nos quatro pilares da educação da Unesco”, conta Falcão, que coordena a equipe de Psicologia que conta com mais três psicólogos.

O projeto atende 150 crianças e jovens entre sete e 18 anos, que participam das atividades três vezes na semana e quando há campeonato pode chegar até cinco vezes na semana. O rugby é disputado em mais de 120 países e segundo Falcão é uma modalidade esportiva que por si só é inclusiva, pois não é necessário biótipo físico específico para praticar.

Além do trabalho com as crianças e os jovens, o psicólogo resalta que a equipe de Psicologia dá suporte também aos monitores do projeto, propõe contato com as escolas da comunidade e verifica se o atendimento impacta na educação formal, estreita a relação com a família dos alunos por meio de reuniões periódicas, como forma de estabelecer vínculos e entender melhor o contexto em que os alunos estão inseridos.

“O papel da Psicologia é muito importante e pode contribuir para o desenvolvimento da

autoestima, da cidadania e da saúde mental das pessoas em vulnerabilidade social. Aliar o esporte com a Psicologia pode ser um grande instrumento para inclusão social, mas é preciso utilizar metodologias adequadas para que esse esporte, educativo e inclusivo, não sirva para exclusão e para reforçar ainda mais as mazelas sociais. Não





vez?

para a área. Segundo Kátia Rúbio, especialista em Psicologia do Esporte e professora da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, é preciso incluir a disciplina na grade dos cursos de graduação para proporcionar o primeiro contato dos estudantes de Psicologia com o campo. Rodrigo Scialfa Falcão destaca que existem muitas demandas, tanto práticas quanto acadêmicas. “O mercado de trabalho ainda não está totalmente aberto as psicólogas e aos psicólogos do esporte em todas as áreas de atuação, mesmo às vésperas de megaeventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos no país, ainda existe resistência e desconhecimento em relação ao nosso papel”, expõe.

De acordo com Falcão, nos últimos anos têm ocorrido mais ofertas para contratação de psicólogo do esporte, justamente em projetos visando esses megaeventos, porém ainda não é o ideal. “Existem muitos profissionais capacitados, com pós-graduação, que não conseguem se inserir no mercado”, conta.

### Alto rendimento

“Uma das áreas mais promissoras”, assim Kátia Rúbio, enxerga o futuro da Psicologia do Esporte dentro da profissão. Ela atribui o cenário otimista ao desenvolvimento do esporte no País e a dois grandes eventos que serão sediados pelo Brasil – Copa do Mundo e Jogos Olímpicos.

A psicóloga coordena a equipe multidisciplinar da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, e trabalha com esporte de alto rendimento. “Quando falamos de alto desempenho, falamos de uma pessoa que é expoente no seu fazer. Além das questões ligadas ao esporte, como controle da ansiedade, ela tem que lidar com as questões que essa posição alcançada por ela traz, ou seja, o controle dessa figura pública que ela se tornou”, explica. “A nossa proposta de trabalho é que os psicólogos possam dar ao atleta às condições para que ele desempenhe bem a sua função”, completa.

Kátia Rúbio aponta ainda um desafio específico dos atletas brasileiros, trabalhar um sentimento de inferioridade quando competem com atletas americanos, europeus, asiáticos. “Hoje trabalhamos isso com eles dizendo que possuem as mesmas con-

dições dos atletas estrangeiros, ou seja, é trabalhar a questão de colonizado para potência”. Sobre a polêmica do esporte de alto rendimento ser uma atividade excludente, pois privilegiaria os mais habilidosos, a psicóloga diz que é equivocada e defende o trabalho das potencialidades no esporte, por ser uma necessidade dos atletas.

### Esporte como exclusão?

O psicólogo doutorando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense e colaborador da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ, José Rodrigues, desenvolve sua tese de doutorado focado na análise de acontecimentos na capital fluminense, como as remoções de comunidades, a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e, também, no recolhimento e internação de jovens usuários de *crack*. “São acontecimentos que estão diretamente ligados à preparação do Rio de Janeiro para os megaeventos esportivos”, afirma.

Segundo Rodrigues, o trabalho está no início, mas já é possível destacar que para além da Copa e das Olimpíadas, o que está em jogo no Rio de Janeiro é a produção de um determinado modelo de cidade lucrativa ao capital financeiro internacional, isto é, a própria cidade enquanto uma mercadoria. “É em nome desta lucratividade capitalista que a cidade tem sido “limpa” dos indesejáveis sociais: removem-se comunidades inteiras localizadas em áreas valorizadas pela especulação imobiliária. Famílias são retiradas da noite para o dia de suas casas e, de modo precário, são alojadas em áreas distantes. A instalação das UPPs se dá em nome da pacificação, mas é uma estranha paz, feita de guerra. Paz, sobretudo, para área hoteleira da zona sul, para a remoção dos pobres de áreas nobres da cidade. A festa dos Megaeventos não é para os pobres. Antes, eles são como uma pedra ao ordenamento higienista dos espaços urbanos”, denuncia.

O doutorando propõe para as psicólogas e os psicólogos questionamentos em relação às práticas profissionais: “a quem ou ao que temos servido? Como podemos criar e potencializar espaços de resistência e luta contra as forças que, em nome da lucratividade, transformam vidas em lixo e cidades em mercadorias.”

basta chegar a uma comunidade ou bairro carente com algumas bolas e achar que isso é suficiente”, alerta Falcão.

### Desafios

A capacitação de psicólogas e psicólogos para atuar na Psicologia do Esporte ainda é um desafio

# Mulheres escalpeladas: Psicologia atua para prevenir e tratar



Ilustração: Alex Amorim

**N**a região Amazônica, a Psicologia vem trabalhando pela atenção psicossocial a mulheres que, envolvidas em acidentes com motores de pequenos barcos de transporte local, perdem cabelos, partes do couro cabeludo ou até mesmo a pele da região das sobrancelhas e olhos. O escalpelamento de mulheres gera fortes consequências na vida das meninas e adultas acidentadas. Tendo sua aparência física profundamente alterada, costumavam sair do convívio social e não existiam políticas públicas voltadas a elas. Desde 2007, um conjunto de ações de órgãos públicos vem contribuindo para mudar essa situação.

Maria Raimunda de Souza Teixeira sofreu o acidente com 8 anos de idade e foi deixada pela família no hospital em Belém, cidade onde cresceu. Com o tratamento na Santa Casa no último ano, ela recuperou metade do cabelo usando um expansor do couro cabeludo, além de ter recebido acompanhamento psicológico. “O tratamento fez muito bem para minha autoestima. Não preciso mais andar de lenço, porque recu-

**Atualmente, o estado do Pará é referência para o tratamento, que deve expandir-se também para o Amapá. Outros casos já foram notificados no Amazonas e em Rondônia, de acordo com a Defensoria Pública.**

perei o cabelo”, comemora. Em fevereiro, aos 33 anos, voltará a viver com os parentes, no interior do Pará. A família, segundo conta, foi encontrada pela equipe do Espaço Acolher. “Acho melhor ficar no meio da minha família, não tenho família nenhuma em Belém.”

Atualmente, no estado do Pará, mulheres escalpeladas contam com um centro de referência para tratamento vinculado à Santa Casa de Misericórdia do Estado. Lá, uma equipe com psicólogas e assistentes sociais oferece tratamento – que costuma levar, inicialmente, de 4 a 5 meses;

mas precisa durar para toda a vida. No Amapá, segundo estado com maior número de ocorrências notificadas, um centro de referência deverá ser inaugurado em breve.

### Importância

Para as meninas, o cuidado integral de saúde, de assistência social e o acompanhamento psicológico podem significar o retorno a atividades corriqueiras, como o direito a estudar. Para as mulheres, pode significar a chance de trabalhar, voltar a encontrar pessoas, reconstruir a vida, acessar direitos fundamentais e, até, superar violências. “O escalpelamento é um fenômeno tipicamente amazônico, por causa da característica e do uso das embarcações. O acidente tem proporção de tragédia e é um problema que nasce eminentemente familiar – pois os barcos dos acidentes são o meio de transporte de muitas das famílias”, aponta a psicóloga do Espaço Acolher, Jureuda Guerra, lembrando que parte significativa do transporte na região norte do país acontece pelos rios.

## Psicologia

“Quando comecei a atender, a maioria das mulheres tinha sentimento de culpa pelo acidente. Em vez de perguntar se o eixo do barco estava coberto, as pessoas perguntavam se o cabelo estava preso. Era muito personificado. Trabalhamos o acidente como um conjunto de situações, não só da vítima, só da família, nem só do Estado”, relata Jureuda. Ela concorda que o escarpelamento tem forte impacto na autoestima feminina, além de sequelas que podem durar toda a vida – como a dor de cabeça. “Do ponto de vista físico e da autoestima feminina, é muito forte. Muitas se submetem a relações violentas, como se apenas homens que as tratam mal pudessem querê-las. Nosso trabalho discute padrões de beleza”, aponta.

Entre os trabalhos realizados pela psicóloga, há atendimentos individuais e em grupo e atividades externas com o objetivo de facilitar, às mulheres, a apropriação do espaço da cidade, por vezes pouco conhecida. Outro trabalho é o de inclusão digital: elas aprendem a usar computador, internet. Algumas passam até por processos de alfabetização; porque, sobretudo as mais velhas, jamais aprenderam a ler, tendo ficado fechadas em casa após o acidente.

No caso de crianças e adolescentes, o trabalho precisa articular-se com o sistema de garantia de direitos e com a rede de proteção. O retorno à cidade de origem, a convivência com a família, a volta à escola são episódios que devem ser acompanhados. Jureuda conta situação em que uma menina ia para a escola de chapéu, mas foi obrigada a tirá-lo pelo professor, “para todo mundo encarar de vez”. A estudante não quis voltar às aulas. A mãe procurou a psicóloga, que desencadeou uma série de contatos, até que a equipe escolar fosse sensibilizada sobre como lidar com a situação. “Só o atendimento a elas não é suficiente. É como a violência contra mulher, só ganha corpo quando incluiu toda a sociedade e todos são responsabilizados”, argumenta Jureuda.

O chamado “Espaço Acolher” funciona desde 2008 e tem atividades em grupo, aulas de teatro, culinária. A casa do projeto hospeda mulheres e familiares em Belém, durante o tratamento. Elas recebem auxílio para tratamento fora de domicílio (TFD), prerrogativa Sistema Único de Saúde (SUS) para quem precisa se tratar longe de casa.

Na opinião da conselheira do CFP Flávia Lemos, é essencial que o atendimento vá além do clínico psicológico, pois é necessário atuar com o sistema de garantia de direitos e com a rede de proteção, no caso de crianças e adolescentes.

**“Quando comecei a atender, a maioria das mulheres tinha sentimento de culpa pelo acidente. Em vez de perguntar se o eixo do barco estava coberto, as pessoas perguntavam se o cabelo estava preso. Era muito personificado. Trabalhamos o acidente como um conjunto de situações, não só da vítima, só da família, nem só do Estado”**

## Direito

Vivendo em municípios pequenos, por vezes distantes dos locais para atendimento, por muito tempo as mulheres escarpeladas mal tinham acesso às políticas públicas. A ação da Defensoria Pública Federal foi importante para que o assunto ganhasse o debate público, que permitiu a construção de políticas públicas de prevenção, tratamento e reinserção das mulheres acidentadas na sociedade. Para a defensora pública Luciene Strada, que atua no tema desde 2005, erradicar os acidentes depende igualmente de ações para prevenção e para reparação. “Nas ações reparadoras, temos o enfoque dos direitos individuais das vítimas, realizar cirurgias plásticas, possibilitar o atendimento integral, o recebimento de benefícios previdenciários e a reinserção no mercado de trabalho, quando possível”, aponta. Outro trabalho é o de incluir tratamentos necessários para reparar o acidente entre os que são cobertos pelo SUS. “Estamos criando modelos novos. A cirurgia plástica reparadora e o expansor usado para implante de cabelos não são, ainda, previstos pelo SUS. As pessoas ficavam sem tratamento por isso”, aponta Luciene.

A prevenção divide-se em duas linhas. Uma é a campanha de cobertura do eixo dos barcos, com

ações de alerta e esclarecimento feitas pela marinha, pelos estados, municípios, organizações não governamentais. A outra parte é a criação de linhas de crédito para modernização da frota para população de baixa renda, já com o eixo encapsulado, e não mais coberto. A Defensoria estima haver mais de um milhão de embarcações, sendo difícil cobrir o eixo de todas, muitas delas antigas, adaptadas e constantemente reparadas.

A Lei nº 11.970/2009, de autoria da deputada Janete Capiberibe (PSB/AP), tornou obrigatório instalar proteção no motor, volante e eixo das embarcações. Com a lei, a fiscalização sobre a cobertura dos barcos tornou-se mais intensa; mas ainda não consegue evitar as tragédias. “Uma coisa que a lei trouxe foi verbalizar o problema. Antes, se sabia do acidente; mas não se falava sobre isso e as pessoas ficavam excluídas do convívio social. A lei é importante para dizer que o problema existe, além de criar política pública para atendimento”, aponta Jureuda Guerra. No entanto, para atingir a população ribeirinha, as campanhas são essenciais. As atividades, em espaços públicos como mercados, por vezes têm participação de mulheres acidentadas que relatam os riscos e as formas de prevenção.

Por duas vezes, Raimunda esteve em atividades de campanhas de prevenção. “Falamos sobre como se proteger do eixo do barco que tira o cabelo da gente. Tem que usar chapéu, lenço, prender, não passar perto do rolante.” Ela lembra, no entanto, que onde morava houve acidentes recentemente.

**Escarpelamento: acidente provocado por motores descobertos de barcos. Os cabelos das mulheres engancham no motor que, em movimento, pode puxar todo o couro cabeludo, provocando sequelas graves nas vítimas e até a morte.**

### Lei fez diferença

2008: 14 casos

2009: 19 casos

2010: 7 casos

2011: 8 casos (até outubro)

Casos são subnotificados. Muitas mulheres morrem antes de chegar aos hospitais.

# RACISMO E PSICOLOGIA,

## 10 ANOS APÓS A RESOLUÇÃO 18/2002

No ano de 2012, a Resolução CFP nº 18/2002, que estabelece normas de atuação para as psicólogas e psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial, completa dez anos. Neste período, a Psicologia têm discutido o tema no seu cotidiano e em suas práticas profissionais de formas diversas.

“Se considerarmos que a história do Brasil tem cinco séculos e viveu sob o regime da escravidão em quatro, será que não há nenhuma marca disso em nossas subjetividades?”, questiona a psicóloga Willivane Melo, especialista em Psicologia da Educação pela Universidade Federal do Pará.

Ao falar de Psicologia e suas contribuições no combate ao racismo, é preciso compreender o tema inserido na formação do Brasil. Como lembra Willivane Melo, a Psicologia ensina que o processo identitário do ser humano não é algo dado *a priori* ou isolado de um contexto. “É importante compreender que na história do País houve investimento para apagar a memória de africanos e seus descendentes. Além disso, houve todo um empreendimento na educação formal para tornar os sujeitos negros invisíveis nos espaços escolares, seja pela ausência da imagem de negros em livros didáticos, seja pelos estereótipos que lhes são associados, os quais os natu-

ralizam na condição de escravos ou de trabalhadores envolvidos em atividades de menor prestígio social”.

Segundo a psicóloga, é frequente a fala de sujeitos negros que, quando crianças, ficavam envergonhados no momento em que a professora explicava a escravidão. “As imagens reproduzidas no ambiente escolar são majoritariamente de pessoas brancas, embora os negros constituam mais da metade da população brasileira”, enfatiza. Dados do Censo 2010 do IBGE apontam que a população negra chega a 97 milhões no Brasil. Os brancos são 91 milhões em uma população total de pouco mais de 190 milhões de habitantes.

O psicólogo Carlos Vinícius Gomes Melo, coordenador da Comissão de Direitos Humanos do CRP-03 (Bahia), aponta que existem avanços quando o assunto é Psicologia e relações raciais, mas que ainda é preciso vencer desafios. “A psicóloga e o psicólogo ainda estão muito direcionados para parcelas populacionais com certo capital cultural, social e financeiro, o que facilita o acesso e a qualidade dos nossos serviços para uma dita ‘elite’, mas inviabiliza e desqualifica para uma dita ‘ralé’”.

Melo, que atuou em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) localizado no interior da Bahia, conta que percebeu, no cotidiano de sua atuação, a importância de debater sua atuação em relações raciais. “Percebi as consequen-

ências negativas, subjetivas e psíquicas do racismo e suas formas de preconceitos e discriminações. O serviço do CRAS é direcionado a famílias de baixa renda e a população negra, na sua maior porcentagem, vive nessa condição. Lá convivi, enquanto psicólogo, com pessoas e grupos que trazem, em seus corpos, o simbolismo de sua história marcada pela exclusão”, relata.

De acordo com Melo, a Comissão de Direitos Humanos do CRP-03 tem um Grupo de Trabalho sobre Psicologia e Relações Raciais desde 2007, com a finalidade de sensibilizar profissionais e estudantes de Psicologia para a importância de discutir a temática racial, além de atuar em conjunto com outras instituições, movimentos sociais e sociedade civil no combate ao racismo e na promoção da igualdade étnico-racial. “Na Comissão de



sujeitos de direitos. “Temos que trabalhar com políticas públicas para acabar com essas diferenças, para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas e fazer com que os profissionais de saúde tenham um olhar sensível para essa situação”, indica. A doença falciforme altera a produção de hemoglobina, responsável por transportar o oxigênio no sangue. É uma doença encontrada na população negra.

### Um toque de cidadania

A Escola Olodum, criada em 1984, é um projeto mantido em Salvador (BA) pela Associação Carnavalesca Bloco Afro Olodum, e se constitui em espaço de participação e expressão da comunidade afro-descendente.

Psicólogas e psicólogos fazem parte da equipe de profissionais que atuam na escola e trabalham com crianças e adolescentes na construção da sua identidade. Nas oficinas são discutidos temas como sexualidade, puberdade, questão racial, mulher negra, violência, entre outras.

Para Veridiana Silva Machado, psicóloga que atua na oficina chamada Liderança e Juventude, a presença de psicólogas e psicólogos nesse espaço é um marco. “Por exemplo, quando falamos de identidade afro, tentamos trabalhar isso de forma mais profunda, que é a forma mais consciente, fazer com que eles se enxerguem como negros, entendam seu papel”, disse.

Segundo a psicóloga, apesar de a Psicologia estar engatinhando no tema, é próprio da profissão trazer essa autoconsciência e contribuir para a construção da identidade levando em conta algumas particularidades como as sequelas da herança do processo escravista.

### Temática racial no ensino de Psicologia

A Lei 10.639/2003 que dispõe sobre a inserção obrigatória da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo da rede de ensino foi o ponto inicial para se discutir a in-

clusão do tema também no ensino de Psicologia. O I Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) das Relações Raciais e Subjetividades (Psinep) propôs o diálogo com profissionais da educação para promover maior comprometimento com a aplicação da lei.

De acordo com a psicóloga Maria Lúcia da Silva, que participou da organização do Psinep, o que existe atualmente são iniciativas pulverizadas, mas a inserção da temática nas grades curriculares de Psicologia ainda não é realidade.

Por isso, ela acredita ser necessária a sensibilização tanto das instituições de ensino quanto dos psicólogos e psicólogas que trabalham na educação. “Isso vai ajudar a mudar o imaginário social do ponto de vista da realidade da população negra, das suas resistências ao longo da história. Também vai ajudar os estudantes a se apropriarem melhor da formação da história do Brasil. Ao inserir o ensino da temática racial, saímos do eixo europeu, passamos a pensar a constituição do Brasil e quais os efeitos disso na população negra. Isso vai ampliar perspectivas de relações mais democráticas, reconhecimento e respeito da identidade do outro. Nossa categoria poderá pensar os efeitos negativos na constituição da subjetividade e pensar modos de ajudar quem sofre com as consequências do racismo a superar tal condição”, indica.

DH, a função maior é mediar orientações à nossa categoria acerca das violações de direitos decorrentes de uma sociedade calcada historicamente nas desigualdades sócio-raciais, da qual a Psicologia faz parte, assim como todos nós”, explica. Para ele, que atua também como psicoterapeuta, são evidentes, nos consultórios, o sofrimento psíquico e as influências na saúde mental dos clientes negros resultantes do racismo.

Para Ana Luísa Araújo, psicóloga que trabalhou na gestão do Programa de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, as políticas públicas não alcançam os grupos que deveriam, mas a Psicologia tem atuado para empoderar essas pessoas para que elas se percebam como

**Vem aí o II Psinep! O evento será em outubro de 2012 em Recife (PE). Em breve mais informações. Acesse: <http://psinep.pol.org.br>**

**Em 2012, o Crepop vai preparar um documento de referência para as psicólogas e psicólogos que atuam na temática racial.**

**Acesse em [www.cfp.org.br](http://www.cfp.org.br) a Resolução CFP nº 18/2002 que estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.**

## América Latina

# Povo do Cone Sul das Américas,

# Guarani-Kaiowá sofre sem terras no Brasil



**E**m todo o Cone Sul das Américas, o povo Gurani tem população de mais de 300 mil pessoas, presentes no Paraguai, na Bolívia e na Argentina, segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). No Brasil, eles são cerca de 51 mil pessoas (dados da Fundação Nacional de Saúde, 2008). Este povo vive, atualmente, graves situações de falta de terras, o que tem impactos em suas condições de saúde, alimentação e moradia, além da violência e dos conflitos na disputa por terras.

A situação é ainda mais extrema no Mato Grosso do Sul, onde os Guarani-Kaiowá têm figurado constantemente nas notícias de jornais, como vítimas de violências, pobreza e desnutrição.

A taxa de mortalidade infantil desta população no MS é de 38 para cada mil nascidos vivos, superando a média nacional de 25 mortes por mil nascimentos. São assassinados cerca de 100 a cada 100 mil habitantes, quatro vezes mais que a média nacional, segundo comparações são do Ministério Público Federal do Estado do Mato Grosso do Sul (*mais dados no quadro*).

O motivo de tantas mortes? Segundo lideranças Guarani-Kaiowá, antropólogos e indigenistas, é o confinamento deste povo em pequenas terras, a falta de demarcação de territórios por eles rei-

vindicados, que se tornam inacessíveis à medida que a fronteira agrícola brasileira se expande para o oeste, em processo intensificado nos últimos anos pela valorização de produtos como a cana-de-açúcar e a soja.

**Chamados Tavyterã ou Kaiowá, Mbyá, Aché ou Guayakí, Chiriguanos, Avá Katu, Avá Guarani ou Ñandeva ou Chiripá e Guarani Ocidentais do Chaco, diversos grupos Guarani compartilham a língua e formas de vida no continente.**

Os Conselhos de Psicologia vêm, há algum tempo, aproximando-se da questão indígena. Em 2004, organizaram o seminário “Gente da Terra” (veja em [www.cfp.org.br/Relatórios](http://www.cfp.org.br/Relatórios)), quando o então presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP) Odair Furtado lembrava que, “a não ser por iniciativas individuais de psicólogas e psicólogos, pouco se conhecia da diversidade da questão indígena na profissão.” Ainda, conforme Furtado: “Nossa Psicologia é eminentemente europeia, fruto da colonização europeia”.

Seis anos depois, o CRP 06, de São Paulo, editou livro chamado “Psicologia e povos indígenas”. Alguns artigos também vem sendo publicados em revistas acadêmicas. Na opinião do psicólogo e membro do GT Psicologia e Povos Indígenas do CRP 06 (SP), Bruno Simões, pouco mudou desde 2004, apesar do crescente interesse da categoria sobre o tema. A produção de conhecimento na Psicologia – e nas ciências, de forma geral –, continua sendo a partir de racionalidades europeias, o que dificulta a aproximação com formas de ser, pensar e agir dos povos indígenas.

Segundo Bruno, de um lado, a Psicologia ainda é muito identificada, pelos indígenas, a temas como suicídio, adoecimento mental, alcoolismo, depressão. Por outro lado, a abordagem da questão indígena pela Psicologia ainda engatinha. A produção acadêmica é escassa, e experiências de psicólogos com estas populações em regiões com maior presença indígena – como o norte do país – ainda não são difundidas.

A interação entre Psicologia e povos indígenas será assunto do IV Congresso da Ulapsi, em abril de 2012. Ainda para Bruno Simões, é necessário “criar uma psicologia latino-americana mais forte, uma produção que leve em conta essa diversidade”, defende.

## Expedição

### Psicologia participa de expedição a terras desse povo no MS, com olhar sobre a garantia dos direitos humanos.

Ativistas de diferentes áreas, lideranças e professores indígenas participaram, em janeiro, de expedição ao território Kaiowá-Guarani, chamada de “Cacique Marcos Verón – Tekoha Nhe’e Ayvu Arandu, com sabedoria em busca da justiça, vida, terra e futuro”.

A partir da cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul (MS), passaram por aldeias e acampamentos em beiras de estradas, à espera da demarcação de suas terras tradicionais. O objetivo da missão foi produzir relatórios e vídeos documentando a situação de vulnerabilidade, conflitos, mortes e perseguição. A atividade foi organizada pelo Tribunal Popular, articulação de entidades e movimentos sociais que desde 2008 unem esforços para denunciar violações de direitos humanos promovidos pelo Estado brasileiro.

Givanildo Manoel, integrante do Tribunal Popular, lembra que temas indígenas tendem a ter mais repercussão no exterior do que no Brasil. Aqui, “alguns acreditam que eles [os indígenas] utilizam espaços demais, que a terra deve ser utilizada de outras maneiras. O olhar do agronegócio está presente na visão do brasileiro e ninguém pensa nas conseqüências que isso pode trazer para o Brasil e para o mundo”, completa.

O coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, Pedro Paulo Bicalho, participou da expedição, na qual esteve também o vice-presidente do CRP 14 (MS), Carlos César Coelho Neto.

Veja aqui trechos do relato da viagem de Pedro Paulo:



## Terra

Eles vivem em um clima de muita tensão psicológica, tensão de algum despejo, algum assassinato. Isso é muito visível e está relacionado ao conflito ligado à questão da terra.

Vimos dois incidentes. No primeiro dia, fomos para a terra Laranjeira Nhanderu. Teve um ritual, uma festa. De repente, percebemos que todas as saídas [da aldeia] estavam fechadas. Chamamos a Funai [Fundação Nacional do Índio] e a Polícia Federal. Percebemos a inoperância de ambos os órgãos.

No terceiro dia de expedição, a aldeia amanheceu em polvorosa por conta de notícia que o povo

de Laranjeira Nhanderu estava sendo despejado. Não passou de mal entendido, mas ficou visível a tensão que vivem, porque por conta da informação ruim a aldeia virou o caos. A falta de informação é muito grande, principalmente sobre processos judiciais. Isso gera uma tensão psicológica enorme.

Há uma angústia coletiva produzida por esse estado de tensão em função dos litígios, dos conflitos, da falta de informação e da chegada atabalhoada, ou não chegada, das políticas públicas.

Disseram-me essa frase: “Tem um tipo de sai mais”. Falam da tristeza relacionada à questão da terra.

## Saúde

Vimos coisas graves que fazem parte do cotidiano deles. Nenhuma criança nasce mais na aldeia, pois as famílias só recebem ajuda se o parto for no hospital. Isso é muito grave. Tradições medicinais vão sendo gradualmente substituídas pela Funasa (Fundação Nacional de Saúde).

Disseram-nos que a Funasa passa a cada 15 dias, a visita é rápida, mal conversam, só recebem paracetamol.

Há casos soropositivos entre os Kaiowá. Não há nenhum tipo de campanha, nenhuma informação sobre o uso de preservativos. Não há aderência ao tratamento e não há trabalho específico para facilitar que ela ocorra.

## Educação

Só existem escolas indígenas em aldeias reconhecidas. Então, nas áreas em litígio não tem escolas. Vimos série de crianças que não estão estudando.

### Quadro triste

Assassinatos de indígenas no Brasil e em Mato Grosso do Sul – 2003 a 2010

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
<b>Mato Grosso do Sul</b>	13	18	29	28	53	42	33	34	250
<b>Restante do Brasil</b>	29	19	14	30	39	18	27	26	202
<b>Total</b>	42	37	43	58	92	60	60	60	452
<b>MS (% de assassinatos)</b>	33%	48,6%	67,4%	48%	58%	70%	54%	57%	55,5%

Fonte: Relatórios de violência contra os Povos Indígenas no Brasil – CIMI - 2003 – 2010



## Alimento

Infelizmente, muitos vivem da cesta básica. Isso, acaba tornando os Guarani dependentes das políticas do governo, por conta da falta de terra, segundo eles dizem. Eles dizem que não querem viver de cesta básica.

## Risco ambiental

Visitamos também áreas de plantação de soja em áreas reivindicadas por indígenas, mas que não estão devidamente demarcadas.

Mas em terras demarcadas, também há soja próxima, e vemos forte degradação da terra, dos rios.



## Página da Abep

# I Simpósio discute: Diretrizes Curriculares e Licenciatura

**A** Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) convida os coordenadores de cursos, professores, estudantes e profissionais interessados para o *I Simpósio Psicologia e Formação: Diretrizes Curriculares e Licenciatura*, que acontecerá no dia 16 de março de 2012, em São Paulo.

O objetivo do evento é aprofundar as discussões sobre diretrizes curriculares e licenciatura, assim como pautar questionamentos referentes ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), incluindo os procedimentos de elaboração do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). A Abep articula a presença

de representantes do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Em breve, a comissão organizadora divulgará a programação completa e as informações para inscrição na página da Abep na internet: [www.abep-si.org.br](http://www.abep-si.org.br). Fique atento, garanta a sua participação.

## Rio Grande do Sul agora tem núcleo da Abep

Foi criado o Núcleo da Abep no Rio Grande do Sul, em dezembro de 2012, durante reunião organizada pela coordenadora do curso de Psicologia da CESUCA – Faculdade Inedi, Profª. Drª. Evanisa Helena M. Brum, e pelo coordenador do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Prof. Jefferson Silva Krug. O evento teve representação da diretoria nacional da Abep, com a presença da Profª. Drª. Lilia A. Kanan, que ministrou apresentando a nova gestão 2011 – 2013, ressaltando a missão e os objetivos da entidade.

### A equipe gestora do núcleo RS é composta por:

Coordenadora: Profª. Drª. Evanisa Helena Maio de Brum (Coordenadora do CESUCA) Vice-Coordenador: Prof. Jefferson Silva Krug (Coordenador da FACCAT) Primeira Secretária: Profª. Juliana Bredemeier (Coordenadora do ESADE) Segundo Secretário: Prof. Igor Finger (Vice-Coordenador da ESADE) Terceira Secretária: Profª. Lilian Winter (Coordenadora do SETREM)

## Ano Temático



## Debate sobre avaliação na área de trânsito: confira no YouTube

Em dezembro de 2011 o debate Psicologia do Trânsito e Avaliação Psicológica para Motoristas foi transmitido pela internet. Depois de ter sido assistido por 1900 pontos, o evento está disponível na página do Conselho

Federal de Psicologia (CFP) no YouTube (<http://www.youtube.com/confederalpsicologia>).

Diversificar os instrumentos para realizar avaliações foi apontado como caminho para

obter uma visão do conjunto das relações e reações dos sujeitos, importantes para embasar o trabalho de psicólogas e psicólogos na área do trânsito. “A avaliação psicológica, neste sentido, pode ir além de aferir habilidades e destrezas, pois inclui um conjunto de instrumentos que ampliam a compreensão das características que devem ser identificadas e avaliadas”, reforça o conselheiro do CFP Aluizio Brito, avaliando o debate.

Está previsto para março novo debate sobre avaliações psicológicas relativas ao uso de armas de fogo.

## Conselho informa gestores sobre

# atuação de psicólogas e psicólogos no Suas

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas lançou, em dezembro de 2011, o documento *Como psicólogos e psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (Suas) – Informações para gestoras e gestores* orientando-os sobre o papel dos profissionais de Psicologia no desenvolvimento, implementação e consolidação de políticas de Assistência Social no Brasil.

Para a conselheira do CFP Marcia Mansur, que esteve no lançamento do documento durante a Conferência Nacional de Assistência Social, o material foi muito bem recebido pelos gestores, principalmente pelos de municípios menores. “Percebemos que eles estão ávidos por informação, já que tudo é muito novo e está em construção. Psicólogas e psicólogos trabalhadores do Suas também aprovaram a publicação”. Ela avalia ser este momento importante para informar, capacitar e apontar diretrizes para o trabalho. “Precisamos mostrar nossa cara e a nossa contribuição para a Política de Assistência Social”, conclui.

O Conselho Federal de Psicologia considera a existência de políticas públicas uma necessidade para a melhoria da qualidade de vida de brasileiras e brasileiros, e atua pelo fortalecimento da atuação das psicólogas e psicólogos nas questões sociais. A construção de referências para o exercício da profissão na sociedade é um dos desafios da Psicologia contemporânea no país.

Nessa perspectiva, a atuação de psicólogas e psicólogos no Suas deve fundamentar-se na compre-

ensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, propondo ações no âmbito social.

### Trabalho

A resolução nº 17/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) reconhece como obrigatória a presença de psicólogos e psicólogas nas equipes de referência de proteção social básica e especial do Suas. Com essa premissa, o documento do CFP informa aos gestores que a Psicologia pode promover a qualidade de vida das pessoas e das coletividades contribuindo para a eliminação de quaisquer formas de discriminação e violência com base no código de ética da profissão. “Por meio de atuação interdisciplinar, o psicólogo e a psicóloga podem atender a crianças, adolescentes e adultos de forma individual e/ou em grupo priorizando o trabalho coletivo, possibilitando encaminhamentos psicológicos quando necessários, e desenvolvendo métodos e instrumentais para atendimento e pesquisa com um olhar para o grupo familiar”, diz o texto aos gestores. Além disso, o profissional poderá promover ações integradas com outros serviços.

Ainda segundo o documento, o trabalho com grupos exerce papel essencial nessa política, pois possibilita o reconhecimento das situações sofridas, a percepção de diferentes formas de reagir e resolver problemas, e perspectivas de reflexão. Psicólogas e psicólogos atuam em situações de vulnerabilidade e priorizam, em suas ações, o fortalecimento dos laços familiares e comunitários.



### Contratações

Outro fator importante para garantir a implementação e efetivação da Política Pública de Assistência Social (PNAS) e do Suas é a realização de concursos públicos e a inclusão, nas provas, de conteúdos que efetivamente contemplem as políticas públicas e o trabalho com populações atendidas pela política.

A alta rotatividade de recursos humanos eleva custos. A terceirização do serviço torna precário o trabalho, uma vez que o trabalhador é absorvido sem vínculo com o Estado, o que infringe o Art. 37 da Constituição Federal. Dessa forma, promove-se a descontinuidade da política prejudicando diretamente a população que necessita de atenção permanente e de qualidade do SUAS.

### Atuação no sistema prisional é tema de consulta pública

A partir de 25 de janeiro, psicólogos e psicólogas podem participar da consulta pública para o documento de Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos no Sistema Prisional.

O documento terá como base a pesquisa realizada em 2007 e toda a discussão dos Conselhos de Psicologia, desde então, sobre possibilidades e limites da atuação do psicólogo no Sistema Prisional, em especial em relação ao exame criminológico.

# Psicologia via internet: oportunidades e desafios



como a realizada pela PUC de São Paulo, refletem sobre a interação via correio eletrônico e vídeo. “As pessoas nos procuravam por e-mail, marcavam o atendimento e não vinham. Então, por que não atender esse público tão arredio pelas vias virtuais com caráter de orientação e não de psicoterapia? A resposta tem sido interessante, o retorno foi mais efetivo”, relata a pesquisadora Rosa Farah, coordenadora do Núcleo de Pesquisas da Psicologia em Informática da PUC-SP (NPPI).

**De todo o Brasil,  
1900 pontos  
conectaram-se ao  
debate.**

Quando o atendimento é por correio eletrônico, as pesquisas do Núcleo apontam a necessidade de respostas simples e objetivas. “Os psicólogos e psicólogas precisam estar atentos à clareza das informações prestadas e à forma da escrita para não deixar dúvidas ao receptor”, esclarece a pesquisadora do NPPI Luciana Ruffo, para quem o virtual tem muitas especificidades, o que exige treinamento e estudo. “O profissional vai trabalhar com pessoas viciadas em jogos eletrônicos, internet, entre outros. É necessário entender sobre o assunto porque quem está do outro lado busca atendimento especializado. Como qualquer área, você precisa estudar para falar do assunto com propriedade, com credibilidade e buscar referências quando surge um assunto novo”, explica.

**N**os últimos anos, vem se tornando comum a conexão de voz e imagem via internet a partir de computadores pessoais. Paralelamente, a popularização de internet banda larga, conexões móveis e redes sociais abre espaço para novas formas de sociabilidade e de interação. De que maneira ambos os processos repercutem no trabalho da Psicologia, trazendo oportunidades e desafios, foi tema do Seminário *Serviços Psicológicos On Line*, realizado em novembro de 2011 pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Atualmente,

a Resolução CFP nº 12/2005 define que a psicoterapia mediada pelo computador poderá ser realizada apenas em caráter experimental. A internet pode ser usada para orientação psicológica e afetivo-sexual, orientação profissional, orientação de aprendizagem e escolar, consultorias a empresas e outros, desde que pontuais e informativos. A reformulação da norma está em debate entre conselhos Federal e Regionais e haverá novas discussões ao longo de 2012.

Amparadas pela Resolução, pesquisas sobre o uso da internet para orientação psicológica,

# Cibercultura:

## novas mídias e produção de subjetividades

A cibercultura foi abordada, no debate, pelo psicólogo José Carlos Ribeiro, pesquisador da Universidade Federal da Bahia. O conceito surgiu na década de 60, da inusitada união entre o movimento da contracultura e novos dispositivos de informação. Inicialmente, o “mundo real” e o ciberespaço eram entendidos como experiências paralelas. Pesquisas recentes, segundo Ribeiro, afirmam que as fronteiras entre os dois espaços vivenciais parecem cada vez menos perceptíveis, especialmente para pessoas com idades de 10 a 25 anos.

“A cibercultura que desponta para os próximos anos estará representada pelas práticas da mobilidade, da localização e pelas práticas das associações em redes. Palavras como Facebook, MySpace, You Tube e Twitter passaram a fazer parte do imaginário e das conversas cotidianas de grande parte da população”, explica. Uma das características das práticas e hábitos sócio-comportamentais dos usuários de sites de redes sociais é a febre de conexão em tempo real, registrando vivências, percepções e emoções em relação ao que acontece no momento, avalia o pesquisador.

O risco desta atitude é prevalecer “a cultura do aqui e agora” nas práticas sociais e nas representações de si, pelo compartilhamento público de informações sobre onde estão e o que fazem. “Estamos presenciando uma expansão e uma sofisticação de um sistema de monitoramento pessoal que vai se transformando cada vez mais em um componente essencial nas apropriações subjetivas e nas experiências vivenciadas”, encerra.

# Processos éticos

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL  
CFP N.º 685/11– ORIGEM: CRP-10  
Arquivamento.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 10ª Região que arquivou a representação. Negou Provimento ao recurso. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 02/12/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: CLARA GOLDMAN RIBEMBOIM

RELATORA: MARILDA CASTELAR

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL  
CFP N.º 437/11– ORIGEM: CRP-06

Suspensão do exercício profissional por 30 dias.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 6ª Região que aplicou a pena de suspensão do exercício profissional por 30 dias. Negou provimento ao Recurso. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Suspensão do exercício profissional por 30 dias.

DECISÃO CFP: Suspensão do exercício profissional por 30 dias.

DATA DO JULGAMENTO: 18/11/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: CYNTHIA REJANE CORREA ARAÚJO CIARALLO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL  
CFP N.º 685/11– ORIGEM: CRP-10

Arquivamento.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 10ª Região que arquivou a representação. Negou Provimento ao recurso. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 02/12/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: CLARA GOLDMAN RIBEMBOIM

RELATORA: MARILDA CASTELAR

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL  
CFP N.º 1149/11– ORIGEM: CRP-07

Arquivamento.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 7ª Região que arquivou a representação. Negou Provimento ao recurso. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 02/12/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: CLARA GOLDMAN RIBEMBOIM

RELATOR: Henrique José Leal Ferreira Rodrigues

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL  
CFP N.º 1246/11– ORIGEM: CRP-06  
Arquivamento.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 6ª Região que arquivou a representação. Negou Provimento ao Recurso. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento.

DECISÃO CFP: Arquivamento.

DATA DO JULGAMENTO: 18/11/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: DEISE MARIA DO NASCIMENTO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL  
CFP N.º 2010/11– ORIGEM: CRP-06

Arquivamento.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 06ª Região que arquivou a representação. Negou Provimento ao recurso. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 02/12/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: CLARA GOLDMAN RIBEMBOIM

RELATOR: ALUIZIO LOPES DE BRITO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL  
CFP N.º 3826/10– ORIGEM: CRP-08

Advertência.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 8ª Região que aplicou a pena de advertência. Negou provimento ao Recurso. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Advertência

DECISÃO CFP: Advertência

DATA DO JULGAMENTO: 18/11/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL  
CFP N.º 4091/10– ORIGEM: CRP-12

Multa.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 12ª Região que aplicou a pena de multa no valor de 5(cinco) anuidades. Negou Provimento ao recurso. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Multa

DECISÃO CFP: Multa

DATA DO JULGAMENTO: 02/12/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: CLARA GOLDMAN RIBEMBOIM

RELATORA: ROSELI GOFFMAN

Conforme o artigo 79 da Resolução CFP nº006/7, a execução da pena compete ao Conselho Regional de Psicologia.

# Agenda

## Especialização em Psicologia Hospitalar e demais instituições de saúde

Data: 05/03/2012

Cidade: São Paulo, SP

E-mail: [esppsico@hcor.com.br](mailto:esppsico@hcor.com.br)

Link: <http://siteiep.hcor.com.br/EventDetail.aspx?EventID=263>

## IV Congresso Ulapsi

Data: 26 a 2/04/2012

Cidade: Montevideo, Uruguai

E-mail: [info.ulapsi2011@gmail.com](mailto:info.ulapsi2011@gmail.com)

Link: <http://www.ulapsi.org.br>

## V Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho

Data: 02 a 05/05/2012

Link: <http://www.cbpot2012.com.br/> Participe!

Cidade: Rio de Janeiro, RJ

E-mail: [mcris@centroin.com.br](mailto:mcris@centroin.com.br)

Link: <http://www.cbpot2012.com.br/>

## V Congresso Internacional y X Nacional de Psicología Clínica 2012

Data: 26 a 28/04/2012

Santander, Espanha

E-mail: [congressoaepec@gmail.com](mailto:congressoaepec@gmail.com) e [secretaria-congreso@aepec.es](mailto:secretaria-congreso@aepec.es)

Link: <http://ispcs.es/xcongreso>

## I Congresso do Saber Psicanalítico

Data: 19/10/2012

São Paulo, SP

Telefone: (11) 5575-2063

E-mail: [sinpesp@sinpesp.com.br](mailto:sinpesp@sinpesp.com.br)

Link: <http://www.sinpesp.com.br>

## Curso de Capacitação em Acompanhamento Terapêutico (AT)

Data: 24.03.2012 a 11.08.2012

Cidade: Porto Alegre

E-mail: [winnicot@brturbo.com.br](mailto:winnicot@brturbo.com.br)

Link: <http://clinic...tt.blogspot.com>

## Congresso de Stress da ISMA-BR

Data: 22.06.2012 a 24.06.2012

Cidade: Porto Alegre Link: [www.ismabrasil.com.br](http://www.ismabrasil.com.br)

## Curso de Formação em Acompanhamento Terapêutico

Data: 13.03.2012 a 03.12.2012

Cidade: São Paulo

E-mail: [curso.at.contato@gmail.com](mailto:curso.at.contato@gmail.com)

Link: [www.atcontato.com.br](http://www.atcontato.com.br)

## Especialização em Psicologia Hospitalar e demais instituições de saúde

Data: 05/03/2012

Cidade: São Paulo, SP

E-mail: [esppsico@hcor.com.br](mailto:esppsico@hcor.com.br)

Link: <http://siteiep.hcor.com.br/EventDetail.aspx?EventID=263>

## Workshop Fenomenologia da Existência

Data: 10.03.2012

Cidade: São Paulo E-mail: [igsp@gestaltsp.com.br](mailto:igsp@gestaltsp.com.br)

Link: [www.gestaltsp.com.br](http://www.gestaltsp.com.br)

## IV Congresso Ulapsi

Data: 26 a 2/04/2012

Cidade: Montevideo, Uruguai

E-mail: [info.ulapsi2011@gmail.com](mailto:info.ulapsi2011@gmail.com)

Link: <http://www.ulapsi.org.br>

**Psicólogo/a:**  
**para receber**  
**os boletins do CFP,**  
**cadastre seu email em**  
**[www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)**

## Clínica Psicanalítica com Crianças

Data: 02.04.2012 a 05.04.2012

Cidade: São Paulo

E-mail: [eppa@eppa.com.br](mailto:eppa@eppa.com.br)

Link: <http://eppa.com.br/seminario/seinternacional.htm>

## V Congresso Internacional y X Nacional de Psicología Clínica 2012

Data: 26 a 28/04/2012

Santander, Espanha

E-mail: [congressoaepec@gmail.com](mailto:congressoaepec@gmail.com) e [secretaria-congreso@aepec.es](mailto:secretaria-congreso@aepec.es)

Link: <http://ispcs.es/xcongreso>

## V Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho

Data: 02 a 05/05/2012

Cidade: Rio de Janeiro, RJ

E-mail: [mcris@centroin.com.br](mailto:mcris@centroin.com.br)

Link: <http://www.cbpot2012.com.br/>

## VII Encontro Internacional da IF-EPFCL "O que responde o psicanalista? Ética e Clínica"

Data: 6 a 8 de julho de 2012

Cidade: Rio de Janeiro

E-mail: [rio2012ifepfcl@gmail.com](mailto:rio2012ifepfcl@gmail.com)

Link: [www.rio2012if-epfcl.org.br](http://www.rio2012if-epfcl.org.br)

## 29º Congresso Latino-Americano de Psicanálise

Data: 10.10.2012 a 13.10.2012

Cidade: São Paulo

E-mail: [fepal@hybrida.com](mailto:fepal@hybrida.com)

Link: [www.fepal2012.com](http://www.fepal2012.com)

## I Congresso do Saber Psicanalítico

Data: 19/10/2012

São Paulo, SP

Telefone: (11) 5575-2063

E-mail: [sinpesp@sinpesp.com.br](mailto:sinpesp@sinpesp.com.br)

Link: <http://www.sinpesp.com.br>

